

## CONTROLO PÚBLICO DA BANCA: Por que razão é necessário e que tipo de controlo é indispensável?

A banca ocupa um lugar central na concessão de crédito que é vital para o funcionamento de qualquer economia ou sociedade. No entanto, quando se fala de crédito pensa-se que ele se reduz ao crédito bancário, mas isso não corresponde à verdade. Por isso, vamos analisar, utilizando dados recentes do Banco de Portugal, o grau de endividamento do país e qual a parte que foi financiada pela chamada banca residente, ou seja, aquela que opera no nosso país e tem aqui instalações permanentes. E isto porque assim ficará mais claro quer a importância da banca residente na concessão de crédito quer os seus limites e, conseqüentemente, também os efeitos do controlo público da banca.

Este artigo tem como base uma intervenção que fiz no seminário “Controlo público da banca, condição para o desenvolvimento e soberania nacional” no ISCTE mas completada pois a escassez de tempo impediu que terminasse a intervenção que tinha preparado.

### • PRINCIPAIS CONCLUSÕES DESTE ESTUDO

- **Em Jan.2016, a dívida do Setor não Financeiro (não incluía a da banca) atingia 700.253 milhões € igual a 4 vezes do PIB, um valor enorme e sério obstáculo, mas apenas 43,6% financiada pela banca**
- **Em Dez.2015, do total de crédito concedido pela banca às empresas privadas, 23,2% era ainda à “construção e imobiliário”, e apenas 15,3% à “Industria Transformadora e extrativa”. A gestão capitalista da banca, incluindo a da CGD, tem preferido a promoção da especulação em prejuízo das empresas de bens transacionáveis e da industrialização do país e do apoio a PME’s importantes e viáveis.**
- **Entre 2008 e Jun.2014 a banca constituiu 35.521 milhões € de “imparidades”, que somadas às que já tinha acumulado até ao início de 2008, totaliza 42.285 milhões €, que é o valor enorme destruído pela banca resultante de crédito concedido que depois não consegue receber. Quantos hospitais, quantas escolas, etc., se poderiam construir com este valor destruído? É este um ex. da gestão capitalista da banca paga depois, muitas vezes, pelos contribuintes.**
- **O controlo público da banca é uma necessidade, por um lado, para pôr cobro a esta destruição maciça de valor e, por outro lado, para pôr a banca ao serviço do desenvolvimento do país, deixando de ser um instrumento de promoção da especulação, e também para reduzir o domínio estrangeiro neste setor.**
- **Para que tal exigência tenha credibilidade perante a opinião pública é necessário que o governo PS e os partidos que o apoiam ponham fim à gestão capitalista que tem existido na CGD, o único banco do Estado que tem uma quota mercado de 22% (*importante*), a qual tem desacreditado o controlo público da banca. Enquanto isso não for feito a exigência do controlo público da banca nunca conseguirá obter, a nosso ver, grande apoio da opinião pública, pois a transferência da banca para o controlo do Estado, mantendo o tipo de gestão que existe na CGD, pouco contribuirá para o desenvolvimento do país.**

**EM JAN.2016, A DÍVIDA TOTAL DO SETOR NÃO FINANCEIRO ATINGIA 700.253 MILHÕES €, O QUE CORRESPONDE A 4 VEZES A RIQUEZA CRIADA ANUALMENTE EM PORTUGAL**

Vamos começar por analisar o grau de endividamento do setor não financeiro, o qual inclui as Administrações Públicas (*Central, Local e Regional*), as empresas públicas, as empresas privadas e os particulares (famílias), para depois ver quem financia essa dívida. Desta forma ficará mais clara a resposta à questão colocada no início. O quadro 1, com dados divulgados pelo Banco de Portugal no seu Boletim Estatístico de Março de 2016, permite fazer essa análise pois revela qual é a dívida total do setor não financeiro, assim a forma como essa dívida se reparte por entidades devedoras e também a alteração registada na sua estrutura entre 2007 (*ano de início da crise*) e 2016.

## O controlo público da banca: uma questão em debate no espaço público

**Quadro 1- Dívida não consolidada do Setor não Financeiro**

ANO	Administrações públicas (AP's) Milhões €	Empresas públicas não incluídas nas AP's Milhões €	Empresas privadas Milhões €	Particulares Milhões €	TOTAL Milhões €
2007 Dez	138.060	12.585	242.311	158.672	551.628
2008 Dez	148.317	14.734	262.016	164.535	589.602
2009 Dez	167.948	16.596	265.853	167.397	617.794
2010 Dez	200.049	13.667	275.714	168.415	657.845
2011 Dez	231.423	14.410	274.308	163.941	684.082
2012 Dez	256.173	9.342	278.792	159.703	704.010
2013 Dez	267.521	8.489	272.136	155.021	703.167
2014 Dez	281.592	6.820	264.608	147.599	700.619
2015 Dez	287.669	6.285	259.704	143.699	697.357
2016 Jan	291.437	6.244	259.228	143.344	700.253
<b>Var.2007-2016</b>	<b>111,1%</b>	<b>-50,4%</b>	<b>7,0%</b>	<b>-9,7%</b>	<b>26,9%</b>
<b>Var. Milhões €</b>	<b>153.377</b>	<b>-6.341</b>	<b>16.917</b>	<b>-15.328</b>	<b>148.625</b>
ANO	EM PERCENTAGEM DO TOTAL DO ANO				
2007 Dez	25,0%	2,3%	43,9%	28,8%	100,0%
2016 Jan	41,6%	0,9%	37,0%	20,5%	100,0%

FONTE : Boletim Estatístico de Março de 2016 do Banco de Portugal

Entre Dezembro de 2007 e Janeiro de 2016, a dívida total não consolidada do Setor não Financeiro aumentou de 551.628 milhões € para 700.253 milhões € (+148.625 milhões €) devido fundamentalmente ao aumento da dívida das Administrações Públicas que passou, no mesmo período, de 138.060 milhões € para 291.437 milhões € (+153.377 milhões €). Em percentagem do total, a dívida das Administrações Pública representava, em 2007, 25% da dívida total e, em Jan.2015, 41,6%. Estes valores provam mais uma vez o total falhanço de política de consolidação orçamental recessiva imposta ao país pela “troika” e pelo governo PSD/CDS, já que um dos objetivos principais era o controlo e a redução da dívida pública. E o que aconteceu foi precisamente o contrário, a dívida pública explodiu com tal política.

Analisada a evolução da dívida do Setor não Financeiro e a sua repartição por entidades devedoras, interessa agora saber quem financiou esta dívida. O quadro 2, também com dados do Banco de Portugal permite fazer essa análise.

**Quadro 2 – Entidades que financiam o Setor não Financeiro português – 2007/2016**

ANO	FONTE DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA DO SETOR NÃO FINANCEIRO - Milhões €					
	Administrações públicas	Setor financeiro	Empresas	Particulares	Exterior (estrangeiro)	TOTAL
2007 Dez	15.548	293.183	88.407	23.658	130.832	551.628
2008 Dez	18.263	316.005	90.605	24.583	140.147	589.603
2009 Dez	17.915	329.892	92.310	24.384	153.293	617.794
2010 Dez	22.506	351.100	99.205	27.278	157.758	657.847
2011 Dez	31.246	346.293	99.250	26.132	181.161	684.082
2012 Dez	41.744	335.411	99.634	30.473	196.746	704.008
2013 Dez	46.714	324.177	96.968	29.540	205.767	703.166
2014 Dez	55.505	305.799	90.453	33.569	215.293	700.619
2015 Dez	57.250	304.124	85.279	35.276	215.429	697.358
2016 Jan	57.753	305.336	85.229	35.582	216.352	700.252
<b>Var.2007-16</b>	<b>271,4%</b>	<b>4,1%</b>	<b>-3,6%</b>	<b>50,4%</b>	<b>65,4%</b>	<b>26,9%</b>
<b>Var. Milhões €</b>	<b>42.205</b>	<b>12.153</b>	<b>-3.178</b>	<b>11.924</b>	<b>85.520</b>	<b>148.624</b>
ANO	EM PERCENTAGEM DO TOTAL DO ANO					
2007 Dez	2,8%	53,1%	16,0%	4,3%	23,7%	100,0%
2016 Jan	8,2%	43,6%	12,2%	5,1%	30,9%	100,0%

FONTE : Boletim Estatístico de Março de 2016 do Banco de Portugal

A análise da dívida total do Setor não Financeiro por fontes de financiamento leva à conclusão que o Setor financeiro, que é banca, já contribui com menos de metade do financiamento tendo mesmo perdido peso entre 2007 e 2016 pois, passou neste período, de 53,1% do total do financiamento ao Setor não Financeiro para apenas 43,6%; em contrapartida, o recurso a financiamento exterior (estrangeiro) aumentou de 23,7% do total para 30,9%, subindo assim a dependência e a exposição do país ao exterior e, consequentemente, a sua vulnerabilidade, tornado mais difícil a saída da zona do euro, se tal se vier a colocar. Revela também a incapacidade da banca residente para o fazer

## O controlo público da banca: uma questão em debate no espaço público

Um aspeto que interessa chamar a atenção é o aumento do financiamento das Administrações Públicas ao Setor não Financeiro (entre 2007 e 2016) passa de 2,8% para 8,2%, que é fundamentalmente financiamento de entidades das Administrações Públicas a outras entidades das Administrações Públicas, o que significa que após a consolidação a dívida efetiva das Administrações Públicas é inferior à que consta do quadro 1.

### O FINANCIAMENTO DAS EMPRESAS PRIVADAS PELA BANCA

A repartição do crédito concedido pela banca às empresas por setores de atividade económica permite ficar saber que setores são promovidos e mais apoiados pela banca, e que setores são subvalorizados e mesmo asfixiados pela banca utilizando a “arma” do crédito. O quadro 3, com dados do Banco de Portugal, permite fazer essa análise.

**Quadro 3- Crédito concedido pela banca às empresas privadas repartido por setores da atividade económica – 2007/2015**

ESTRUTURA DO CREDITO TOTAL CONCEDIDO ÀS EMPRESAS PRIVADAS PELO SETOR FINANCEIRO RESIDENTE - Milhões €													
ANO	TOTAL	Indústrias transformadoras e extrativas	Eletricidade de gás e água	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	Transportes e armazenagem	Alojamento e restauração	Atividades de informação e de comunicação	Sociedades gestoras de participações sociais não financeiras	Atividades imobiliárias	Atividades de consultoria, técnicas e administrativas	Educação, saúde e outras atividades de serviços sociais e pessoais	Construção + Imobiliário
2007 Dez	125.432	<b>18.497</b>	4.294	<b>27.286</b>	17.547	5.629	4.172	2.692	11.337	<b>15.704</b>	7.925	3.758	<b>42.990</b>
2008 Dez	140.703	<b>19.739</b>	6.074	<b>29.210</b>	18.491	6.915	4.861	2.404	14.622	<b>17.440</b>	8.555	4.162	<b>46.650</b>
2009 Dez	143.145	<b>19.866</b>	7.423	<b>28.944</b>	18.225	7.503	5.390	2.329	13.978	<b>17.511</b>	8.833	4.534	<b>46.455</b>
2010 Dez	137.865	<b>19.810</b>	7.566	<b>26.704</b>	18.161	7.500	5.750	2.297	13.584	<b>17.037</b>	7.917	4.870	<b>43.741</b>
2011 Dez	133.738	<b>19.135</b>	7.756	<b>25.100</b>	16.898	6.676	6.132	2.197	13.306	<b>15.834</b>	8.355	4.645	<b>40.934</b>
2012 Dez	124.741	<b>17.682</b>	7.130	<b>21.689</b>	14.835	6.934	5.641	1.759	13.899	<b>15.196</b>	7.168	4.567	<b>36.885</b>
2013 Dez	119.678	<b>17.071</b>	6.339	<b>18.800</b>	14.003	6.828	5.423	1.346	14.842	<b>13.952</b>	6.831	4.244	<b>32.752</b>
2014 Dez	117.424	<b>17.338</b>	7.142	<b>16.788</b>	14.362	6.745	5.000	1.108	14.654	<b>12.237</b>	6.223	3.991	<b>29.025</b>
2015 Dez	112.683	<b>17.260</b>	7.468	<b>14.587</b>	14.452	7.121	4.723	1.159	12.907	<b>11.341</b>	6.101	3.719	<b>25.928</b>
ANO	PERCENTAGEM DO CREDITO TOTAL CONCEDIDO ÀS EMPRESAS PRIVADAS												
2007 Dez	100,0%	<b>14,7%</b>	<b>3,4%</b>	<b>21,8%</b>	<b>14,0%</b>	<b>4,5%</b>	<b>3,3%</b>	<b>2,1%</b>	<b>9,0%</b>	<b>12,5%</b>	<b>6,3%</b>	<b>3,0%</b>	<b>34,3%</b>
2015 Dez	100,0%	<b>15,3%</b>	<b>6,6%</b>	<b>12,9%</b>	<b>12,8%</b>	<b>6,3%</b>	<b>4,2%</b>	<b>1,0%</b>	<b>11,5%</b>	<b>10,1%</b>	<b>5,4%</b>	<b>3,3%</b>	<b>23,0%</b>

FONTE: Boletim Estatístico - Fevereiro de 2016 - Banco de Portugal

Em 2007, dos 242.311 milhões € de endividamento total das empresas privadas, como consta do quadro 1, o montante de 125.432 milhões € tinha como fonte crédito concedido fundamentalmente pela banca. Se analisarmos a repartição desse crédito por setores de atividade económica conclui-se que os setores preferidos pela banca era a “Construção e o Imobiliário” que detinha 34,3% do total de crédito concedido às empresas privadas, enquanto as “Indústrias Transformadoras e extrativas”, os setores por excelência produtores de bens transacionáveis e base da industrialização do país, tinham apenas 14,7% do total de crédito concedido às empresas. Portanto, muito menos de metade do recebido pela construção e imobiliário. E, em 2015, apesar destes dois setores de atividade deterem uma parcela inferior – 23% - essa parcela continua a ser ainda muito superior à detida por todas as Indústrias Transformadoras (15,3%). Pode-se, com propriedade dizer, que a banca em Portugal sempre apostou nas atividades especulativas, pois é para elas que tem preferencialmente encaminhado uma proporção maior do crédito que concede. Por isso, pode-se dizer que ela nunca esteve ao serviço do crescimento económico e desenvolvimento do país, orientando o crédito para aquelas atividades que maiores efeitos têm no crescimento económico sustentado do país.

### EM JUN.2014, AS “IMPARIDADES” DE CREDITO ATINGIAM 42.285 MILHÕES €, UMA ENORME DESTRUIÇÃO DE VALOR CAUSADA PELA GESTÃO PRIVADA DA BANCA

Interessa, em primeiro lugar, dizer o que são “imparidades” para que o leitor não familiarizado com os conceitos bancários, compreenda rapidamente o significado do números que vão ser apresentados. De forma sintética pode-se definir “Imparidades” como o valor do crédito que foi concedido que não se recebe, e por isso se perde, ou então crédito cuja probabilidade de não se receber é muito elevada. Quer num caso quer em outro dá origem a prejuízos. E os prejuízos resultantes de “Imparidades” têm explodido na banca portuguesa, e continuam a explodir fruto da política de crédito seguida até à crise, que apostou fundamentalmente em atividades especulativas como se mostrou, e após o início da crise na concessão de crédito com base numa análise de

## O controlo público da banca: uma questão em debate no espaço público

risco pouco rigorosa ou mesmo sem qualquer análise de risco, assim como na má gestão e mesmo na gestão danosa que caracteriza também a gestão dos bancos, que é escondido sob o manto da confidencialidade, e que continua a produzir elevadas perdas de crédito e, conseqüentemente, prejuízos. O quadro 4, com dados do BdP, prova isso

**Quadro 4- Dados das Contas de Resultados consolidadas e dos Balanços consolidados do sistema bancário português – Dados do Banco de Portugal**

ANO/ Mês	DADOS DA CONTA DE RESULTADOS					DADOS DO BALANÇO		
	Produto bancário Milhões € (1)	Custos com o pessoal Milhões € (2)	Imparidades e outras correções de valor líquidas contabilizadas em cada ano (3) Milhões €	Custos Pessoal % Produto Bancário (4)=(2):(1)	Imparidades % Produto Bancário (5)=(3):(1)	Credito Bruto Milhões € (6)	Imparidades Acumuladas Milhões € (7)	% que Imparidades acumuladas representam do credito bruto (8)=(7):(6)
2007 Dez	13.959	4.057	1.727	29,1%	12,4%	301.118	6.764	2,2%
2008 Dez	13.924	4.192	4.063	30,1%	29,2%	332.202	9.542	2,9%
2009 Dez	13.729	4.219	3.522	30,7%	25,7%	332.999	12.017	3,6%
2010 Dez	13.751	4.350	3.566	31,6%	25,9%	331.089	12.153	3,7%
2011 Dez	12.933	4.382	6.645	33,9%	51,4%	313.952	15.164	4,8%
2012 Dez	12.896	4.009	7.272	31,1%	56,4%	314.767	18.515	5,9%
2013 Dez	9.907	3.886	6.055	39,2%	61,1%	291.468	19.452	6,7%
2014 Jun.	5.114	1.814	4.398	35,5%	86,0%	286.786	21.776	7,6%
<b>SOMA</b>	<b>96.213</b>	<b>30.909</b>	<b>37.248</b>	<b>32,1%</b>	<b>38,7%</b>			
2007-2013/14 (Dif.)	-4.052	-171				-14.332	-20.509	
<b>SOMA 2008-2014</b>			<b>35.521</b>				<b>42.285</b>	<b>6.764 + 35.521</b>

FONTE: Boletim Estatístico - Dezembro de 2015 - Banco de Portugal

Entre 2007 e Junho de 2014 (*últimos dados disponibilizados pelo Banco de Portugal*), os bancos em Portugal constituíram 37.248 milhões € de "imparidades" (*coluna 3 do quadro 4*), ou seja, depois de analisar a situação dos devedores a quem concederam crédito concluíram que 37.248 milhões € era crédito que não se ia receber, portanto seriam perdidos. Mas em 2007, a banca já tinha nos seus balanços elevadas imparidades. Segundo o Banco de Portugal, no fim de 2007 as imparidades que existiam nos balanços dos bancos já atingia 6.764 milhões € (*1ª linha da coluna 7 do quadro 4*). Se somarmos a este valor as imparidades constituídas nos anos seguintes (*2008 e seguintes*) que totalizam 35.521 milhões € (ver coluna 3 do quadro) obtém-se 42.285 milhões € de "imparidades" (crédito perdido ou que se prevê perder), um valor enorme, que representa uma enorme destruição de valor determinada pela gestão capitalista privada da banca.

Mas apesar de ter acumulado, até Junho de 2014, 42.285 milhões € de "imparidades", no entanto os bancos tinham registado nessa data, nos seus balanços, apenas 21.776 milhões € (*coluna 7 do quadro, linha referente a Junho 2014*), o que significa que já tinham abatido nas suas contas 20.509 milhões €, fazendo assim desaparecer dos seus balanços, da sua rubrica de "crédito concedido" e de "imparidades acumuladas", 21.776 milhões €, considerando-os como definitivamente perdidos e fazendo assim a limpeza dos seus balanços. Uma parcela importante desde crédito que é anulado, e assim desaparece da vista pública, é registado numa conta fora do balanço denominada "Créditos abatidos ao ativo", que todos os bancos têm, onde acumulam centenas de milhões € de créditos concedidos mas que depois não foram recebidos, muitos deles resultantes de atos de má gestão ou mesmo de gestão danosa, que o Banco de Portugal não investiga.

### OS CUSTOS COM IMPARIDADES SÃO SUPERIORES AOS CUSTOS COM PESSOAL

Como revelam os dados do Banco de Portugal constantes das colunas (2) e (3), em vários anos os custos com as "imparidades", ou seja, com o crédito perdido foram superiores aos custos com pessoal. No período considerado (2007-Jun.2014), os custos com as "imparidades" causaram à banca a operar em Portugal um prejuízo de 37.248 milhões €, enquanto os custos com pessoal somaram, no mesmo período, apenas 30.909 milhões €. Eis uma outra consequência da gestão privada capitalista da banca. Apesar disso, os trabalhadores são o alvo preferido das administrações, e não as imparidades.

### AS IMPARIDADES NOS PRINCIPAIS BANCOS QUE CONTROLAM 74% DO CRÉDITO CONCEDIDO EM PORTUGAL ATINGIRAM 33.742,1 MILHÕES € EM 2015

O quadro 5, com dados das contas dos próprios bancos, mostra a dimensão das "imparidades" em cada um dos 8 principais bancos (agora 7, o BANIF foi absorvido pelo Santander-Totta) que controlam cerca de 74% de todo o crédito concedido no nosso país.

Quadro 5- Volume de imparidades constituídas pelos 8 principais banco-período 2007/2015

BANCOS	Imparidades constituídas - 2007/2015 Mil €	% Credito Bruto médio	Imparidades em 1.1.2008 Mil euros	Imparidades constituídas entre 2008-2015	Imparidades que deviam existir em 31.12.2015- Mil €	Imparidades existentes em 31.12.2015- Mil €	Imparidades consumidas = credito anulado Mil €
CGD	5.548.313	7,47%	1.728.849	5.298.874	7.027.723	5.198.000	1.829.723
BCP	7.855.163	13,02%	1.222.332	7.594.914	8.817.246	3.676.066	5.141.180
BES/NOVO BANCO	4.430.365	9,43%	5.368.039	4.217.181	9.585.220	5.368.039	4.217.181
BPI	1.521.819	5,71%	372.712	1.409.554	1.782.266	992.099	790.167
Santander-Totta	1.251.480	4,25%	466.248	1.184.302	1.650.550	1.200.641	449.909
Montepio	1.595.819	9,70%	298.047	1.767.930	2.065.977	1.281.478	784.499
Credito Agricola	876.895	10,61%	279.200	811.357	1.090.557	891.269	199.288
BANIF	1.553.578	15,24%	196.393	1.526.171	1.722.564	1.020.728	701.836
<b>SOMA</b>	<b>24.633.432</b>		<b>9.931.820</b>	<b>23.810.283</b>	<b>33.742.103</b>	<b>19.628.320</b>	<b>14.113.783</b>

No período 2008/2015, os oito principais bancos constituíram 23.810 milhões € de “imparidades”, devido a credito concedido que não é pago, que somadas às que existiam no fim de 2007 dá 33.742 milhões € de créditos perdidos, muito dele devido à má gestão ou mesmo gestão danosa de que não se pede responsabilidades. É uma enorme destruição de valor. Quantos hospitais, escolas, etc. se poderiam construir com este valor destruído pela gestão dos bancos? É uma reflexão que nunca é feita. Quanto se poderia poupar com uma melhor gestão da banca? Também é uma reflexão que nunca é feita.

Os dados do quadro 5 (as três colunas à direita) também revelam o valor dos créditos que já foram limpos e desapareceram silenciosamente dos balanços dos bancos no período 2008/2015. Para saber o seu montante basta deduzir às “Imparidades que deviam existir em 31.12.2015” (33.742,1 milhões €) as “imparidades existentes em 31.12.2015” (19.828,3 milhões €), o que dá 14.113,7 milhões €. Eis o valor de credito concedido que as administrações destes oito bancos fizeram desaparecer, através de uma limpeza geral, sem que o supervisor fizesse alguma coisa. Eis uma prova da gigantesca destruição de valor resultante da gestão privada capitalista da banca. O quadro 5, permite conhecer essa destruição individualmente por bancos, e para que se possa ficar com uma ideia mais precisa, calculou-se a percentagem em relação ao volume de credito concedido. E a conclusão que se tira é que as maiores destruições de valor, no período 2007/2015, se verificam, por ordem decrescente, no BANIF (15,2% do credito total), no BCP (13,02%), no Crédito Agrícola (10,61%), no Montepio (9,7%), no BES/Banco Novo (9,43%), na CGD (7,47%), no BPI (5,71%) e, finalmente, no Santander-Totta (4,25%).

#### UM CONTROLO PÚBLICO DA BANCA DIFERENTE DA GESTÃO CAPITALISTA DA CGD

Para pôr cobro à gestão capitalista da banca que tem destruído um valor gigantesco (42.285 milhões € até Jun.2014), incluindo na própria CGD (destruição de 7.027,7 milhões € até Dez.2015), que são valores pertencentes a quem depositou dinheiro ou aplicou dinheiro, pois contrariamente ao que muitos pensam a banca não cria dinheiro. Numa situação em que o “*rácio de transformação*” é igual ou menor que um (<1), pois não há alavancagem, como é a atual, a banca limita-se a emprestar o dinheiro que recebe, recebendo uma taxa de juro superior à que tem de pagar; repetindo, para cobro a uma gestão capitalista da banca que tem promovido também a especulação e que existe mesmo na CGD (na CGD, são ex.os empréstimos ao Joe Berardo no caso do BCP, ao Manuel Fino na Cimpor e mais recentemente ao BES/GES e elevadas imparidades como consta do quadro 5 que tem delapidado os capitais próprios), é necessário o controlo público da banca, pois o Banco de Portugal é incapaz de evitar a má gestão e mesmo a gestão danosa. Mas a nosso ver, para que a exigência do controlo público tenha credibilidade perante a opinião pública é necessário por cobro à gestão capitalista que tem existido na CGD, tudo idêntica à dos bancos privados. Numa altura em que a administração da CGD vai ser substituída, os partidos que apoiam o governo não se podem alhear desta questão, sob a pena da exigência do controlo público da banca perder credibilidade. A CGD não pode servir para dar emprego aos “boys” do partido do governo ou do “centrão”. É necessário colocar na CGD uma administração competente e identificada com os objetivos de recuperação da economia e do desenvolvimento do país. É preciso que se defina para a nova administração da CGD uma missão e objetivos quantificados claros e que sejam periodicamente avaliados, o que nunca existiu na CGD. O que acontecer na CGD, pela sua dimensão e importância, será certamente um teste para esta nova solução governativa.

Eugénio Rosa, [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt), 25.3.2016